



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

PROCESSO : TC-00004237.989.22-3

INTERESSADOS : PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

: PREFEITO JOSÉ ROBERTO PILON

ASSUNTO : CONTAS DE PREFEITURA

EXERCÍCIO : 2022

INSTRUÇÃO POR : UR-09

PROCESSO(S) : 00007194.989.22-4

DEPENDENTE(S)

MUNICÍPIO DE CERQUILHO/SP, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 46.634.614/0001-26, com sede no Paço Municipal, situado na Rua Eng.º Urbano Pádua de Araújo, nº 28 – Centro – Cerquillo/SP, e, **PREFEITO MUNICIPAL**, neste ato representado, por seu Procurador Jurídico Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 219, de 16 de dezembro de 2014, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em tempo, complementar suas alegações, o que faz expondo e requerendo o que segue:



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

I. PRELIMINARMENTE

De início importa assentar que o atual Prefeito assumiu o comando do Município na **data de 30 de agosto de 2021**, e neste momento possui pouco mais de 02 (dois) anos de gestão da cidade, de modo que, as impropriedades reiteradas apontadas sob exercícios anteriores, são pontos a serem estudados e alterados, mas que devem ser mensurados sob o aspecto do que o Administrador Público atual pode moderar. Inclusive esta é a lição tirada da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente o que dispõe o Artigo 22, senão vejamos:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Assim, embora não se descure das obrigações constitucionais impostas aos Administradores Públicos, é certo que todas as avaliações direcionadas aos gestores públicos devem ser precedidas de moderação, sob o aspecto do “calçar os sapatos” daquele que se pretende julgar, sob o risco democrático de se perpetuar o “apagão das canetas”, expressão tirada das discussões atuais sob a Lei de Improbidade e dos assuntos que a permeiam.

II. CONTROLE INTERNO



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

Em relação aos apontamentos referentes ao Controle Interno, é certo que a matéria é regulada por legislação municipal¹, qual seja a Lei Municipal n.º 3.209/2016. E neste contexto, não há vedação na legislação de que o Controlador Interno possa ocupar cargo em comissão, como se vê dos artigos 2º e 3º, da Lei Municipal regulamentadora. Desta forma, embora as alegações da nobre fiscalização sejam absolutamente consideráveis, é fato que estas estão eivadas de subjetividade, já que há lei em vigência.

III. HORAS EXTRAS

De proêmio, informamos que, no que se refere à Saúde e Promoção Social, foi realizada o Pregão n.º 81/2023, para a contratação de serviços de transportes de pacientes, incluindo às linhas para as cidades de Botucatu/SP, Jau/SP, Bauru/SP, Itapeva/SP, Itu/SP, Salto/SP, Campinas/SP, São Paulo/SP, além das linhas existentes para as cidades de Itapetininga/SP e Sorocaba/SP, o que diminuiu sensivelmente o número de horas extraordinárias.

Pois bem.

Neste sentido, importante salientar que além da pandemia causada pela Covid-19, onde exigiu esforços dos governantes para o seu enfrentamento e posterior vacinação, sendo imprescindível a presença de servidores públicos, especialmente àqueles vinculados a Central de Regulação de Vagas, que regula toda a estrutura de agendamentos de exames, procedimentos médicos e demais serviços prestados a população, exigindo esforço diuturno para as atividades a fim de dar a necessária prestação de

¹ <https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquillo-SP/LeisOrdinarias/3209>



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

serviços aos cidadãos que aguardam, por vezes, procedimentos de extrema urgência. Neste contexto, persiste ainda a necessidade de se realizar o transporte sanitário diário de pacientes aos grande centros de saúde disponibilizados pelo Estado, como por exemplo, a longínqua cidade de Barretos/SP. Este transporte deve ser realizado ininterruptamente, o que faz com que por vezes os motoristas da Municipalidade sejam obrigados a esperar a finalização do tratamento dos pacientes, aumentando a sua jornada.

De se ressaltar que os cemitérios existentes no Município pertencem a Administração Municipal, o que obriga a sua manutenção ininterrupta, haja vista, os casos de cerimônias fúnebres (velórios) e sepultamentos. Importante ainda aclarar que os sepultamentos por falecimento por Covid-19 devem ser imediato, devido ao alto risco de contaminação.

A mesma sorte acompanha aos servidores públicos vinculados à Guarda Civil Municipal, cujo atendimento não pode ser interrompido, dada a sua imprescindibilidade, havendo a necessidade de se manter seus integrantes em exercício sob pena de descontinuidade dos serviços públicos prestados pela corporação.

Importa frisar também, que em razão de decisão judicial tirada dos autos do Processo Judicial n.º 0001796-13.2017.8.26.0137, a municipalidade ficou obrigada a construir um canil municipal, para abrigamento de animais, mantendo ainda serviços de recolhimento, reabilitação, cuidados, abrigamento de animais e demais serviços, de forma ininterrupta, inclusive aos finais de semana e feriados, dotados de todos os equipamentos, insumos, medicamentos, estrutura, etc., o que traz a necessidade de se manter profissionais ligados ao Meio Ambiente disponíveis para os diversos atendimentos que esta obrigação judicial exige, além dos serviços do aterro



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

sanitário, já que a coleta de lixo ocorre 6 vezes por semana, inclusive aos sábados.

Aqueles servidores ligados ao organograma do Esporte são vinculados ao apoio e manutenção dos centros esportivos da cidade, os quais permanecem abertos ao público de forma a oferecer espaço adequado para a prática de esportes, a recreação e o lazer, advindo a necessidade de manutenção de apoio.

Em arremate, importa ressaltar que “horas extras” são autorizadas apenas àqueles servidores públicos não vinculados a cargos em comissão, razão pela qual resta prejudicada a prestação de informação neste sentido.

No que se refere aos Processos Seletivos, cumpre-nos destacar que o próprio Tribunal de Contas Bandeirante, *na apreciação do T.C. n.º 004283/989/16*, já havia recomendado a necessidade de realização de Concurso Público ou Processo Seletivo para os cargos atinentes à Educação, Saúde e o Assistente Social. Tanto o é que, na aprovação das Contas do Município referente ao ano de 2016, constou a ressalva determinando a realização de certame para a ocupação das funções em comento, as quais estão sendo irrestritamente seguidas, conforme se denota dos Processos Seletivos em testilha.

Ao tratarmos do **Processo Seletivo – Saúde**, temos que imiscuir-se na decisão do Governo Federal no tocante a desinstitucionalização dos Hospitais Psiquiátricos que se iniciou com a edição da Lei Federal n.º 10.216/2001. Esta resultou na criação no Serviço Residencial Terapêutico, que prevê a desinternação hospitalar e a integração a



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

uma residência, com todos os cuidados necessários, visando a inserção dos pacientes à vida social.

Isto posto, o Município tornou-se signatário de um Termo de Ajustamento de Conduta, nos autos do Inquérito Civil n.º 1.34.001.001715/2013-69, proposto pelo Ministério Público Federal onde este assumiu o encargo de implantar 2 (dois) Serviços Residenciais Terapêuticos, as quais hoje funcionam no Município, atendendo 08 (oito) internados na S.R.T. 1 e 09 (nove) vagas na S.R.T. 2.

Deste ponto, destacamos que estes pacientes são especiais e apresentam surtos graves com episódios de agressividade e violência contra os cuidadores e demais profissionais que trabalham diuturnamente, já que não há como interromper os serviços ali prestados, mantendo o funcionamento da residência por 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana. Assim, ante as especificidades relatadas e a ausência de qualificação profissional reconhecida para as funções, a Municipalidade, em estrita obediência aos Princípios basilares da Administração Pública, realizou o supramencionado certame, com vistas a ofertar a todos os interessados a igualdade no acesso às funções necessárias para a prestação do serviço público contínuo.

IV. DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

No que se refere ao **Processo Seletivo – Social**, o qual teve por finalidade o preenchimento das vagas dos cargos em caráter temporário, com o objetivo de suprir as demandas dos Projetos Vivendo e Aprendendo, Adolescente Antenado e Centro de Convivência do Idoso existente atualmente no município.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, tratam-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Esse serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos educadores sociais e dos usuários. O trabalho realizado com os grupos é organizado em percursos, de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências; desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade; e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Já para as pessoas idosas, o SCFV deve estar pautado nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e levar em consideração que a vivência em grupo, as experimentações artísticas,



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

culturais, esportivas e de lazer, bem como a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. As atividades com os participantes dessa faixa etária devem incluir vivências que valorizem as suas experiências e que estimulem e potencializem a capacidade de escolher e decidir.

Assim sendo, temos no município 4(quatro) núcleos que ofertam o serviço para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos e 60 anos ou mais, no CRAS Cidade das Rosas há oferta para faixa etária de 15 a 21 anos, além de oficinas com famílias, palestras e atividades de caráter não continuado.

Ao tratarmos do **Processo Seletivo – Esportes**, temos a informar que o mesmo se prestou a contratação de instrutores para as diversas modalidades desportivas, que atendem atualmente mais de 1.500 (mil e quinhentos) alunos devidamente cadastrados, objetivando fornecer o acesso ao esporte não só como prática esportiva, mas também pelos demais vieses, como a disciplina e dedicação.

Por fim, justifica-se o **Processo Seletivo – Educação**, lembrando-se que foi realizado em 2019, o Concurso Público para os cargos de professores, com data de homologação do resultado final em 05/12/2019, conforme Portaria nº 7.312. Desta feita, os aprovados no referido concurso foram nomeados de acordo com sua classificação e vagas existentes para cada cargo.

Mesmo com a realização do Concurso Público, fez-se necessária a contratação de professores temporários, para suprir os afastamentos de outros professores, de acordo com o Artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

As contratações em caráter temporário ocorreram após a realização do Processo Seletivo nº 001/2020 em 06/12/2020, com homologação do resultado final em 30/12/2020, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e assim, suprir a falta de titulares para os cargos excedentes do último concurso que não foram preenchidos por falta de aprovados, e para suprir os seguintes afastamentos:

- a.** Substituição de titulares de cargo afastados para exercer as funções de Coordenadores Pedagógicos, Vice-Diretores de Escola, Diretores de Escola, Orientadores Pedagógicos e Supervisores de Ensino, dentro da própria rede municipal de ensino;
- b.** Substituição de titulares de cargo em férias;
- c.** Substituição de titulares de cargo afastados em licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença gestante, licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho, licença compulsória, licença prêmio e licença para tratar de interesses particulares.

Necessário salientar ainda que estão sendo realizadas novas nomeações de aprovados no Concurso Público em vigência, pois é de interesse desta administração que a totalidade dos cargos vagos sejam ocupados por titulares.

Em relação as contratações de prestação de serviços técnicos especializados, as mesmas estão baseadas e justificadas em



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

cada instrumento, conforme pode se aferir de sua leitura. Entretanto, é importante salientar que estas se deram para suprir necessidade emergencial e temporária, como por exemplo, nos casos em que não haviam profissionais a serem convocados nos Processos Seletivos do Esporte e Saúde.

V. DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Em relação aos subsídios dos Secretários Municipais e assemelhados tem-se que os valores recebidos e impugnados pelos setores de fiscalização o r. Tribunal Bandeirante de Contas foram pagos na forma de legislação vigente, que embora suscitada ao Ministério Público do Estado de São Paulo, *encontra-se vigente no ordenamento legal do Município desde o Exercício de 2004*, não pesando quaisquer apontamentos sob o tópico nas Contas Anuais apreciadas até então, o que demonstra a boa-fé dos Administradores que por aqui exercem ou exerceram seus mandatos.

Note Excelência, que os valores recebidos pelos servidores públicos ocupantes de cargos de Secretário e assemelhados têm natureza alimentar, já que devidamente *tributados e pagos na forma de justa contraprestação pelos serviços prestados*, não havendo que se falar em má-fé como se manifesta o D. Ministério Público de Contas, isto porque, não possuem ascendência sobre a forma de cálculo instituído pela legislação levada ao conhecimento de V. Excelência, o que prova de forma límpida, **a boa-fé destes servidores públicos efetivos.**

Neste cotejo, o ínclito Tribunal, na análise dos autos do TC n.º 010666/989/20, das contas do Município de Colômbia, em que se



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

pode aferir ter havido caso análogo ao apontamento aqui combatido, entendeu que os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários atenderam o princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos.

Por fim Excelência cumpre-me informá-lo que, tomando conhecimento do apontamento realizado pela Fiscalização, o atual gestor José Roberto Pilon, agindo no dever de ofício e de modo a demonstrar o respeito aos entendimentos esposados por este i. Tribunal determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em Lei, de modo a aguardar o deslinde do presente, conforme apontado pela nobre fiscalização, o que culminou na apresentação de Recurso Ordinário sob Processo nº 00010510.989.23-9, o qual ainda aguardada apreciação.

VI. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES LEGAIS

Informamos que, o Município não medirá esforços para atender todas as determinações constitucionais e legais.

VII. ENSINO

Nesta oportunidade, importante colacionar a manifestação do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação e Cultura, trazendo os devidos esclarecimentos – doc. anexo.

VIII. EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

Também, nesta oportunidade, importante colacionar a manifestação do Ilmo. Sr. Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, trazendo os devidos esclarecimentos – doc. anexo.

IX. DOS PEDIDOS

Ex positis, medida de justiça será a aprovação das Contas do Município de Cerquillo no Exercício de 2022, pelos argumentos lançados na presente, que a nosso sentir, corroboram com o primado defendido por este ínclito Tribunal Bandeirante de Contas.

Prestados os esclarecimentos, julgamos que os procedimentos formais apontados em nada comprometeram o objetivo pretendido pela administração, pois não restou configurada em nenhum momento malversação na aplicação dos recursos públicos, nem tampouco prejuízo que seja ao Erário, merecendo, portanto, **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da prestação de contas do **ANO DE 2022**.

Cerquillo/SP, 16 de novembro de 2023.

ANDERSON A. RODRIGUES

Procurador do Município

OAB/SP 271.104

(assinado digitalmente)